

PÁGINA 1

Chapada do Piauí III Holding S.A. CNPJ/ME nº 21.345.407/0001-20

Demosttrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demosttrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	31/12/2021	Controladora		Consolidado		Notas	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado Nota 2.1.1 (a)	31/12/2020	Reapresentado Nota 2.1.1 (a)	31/12/2020			Reapresentado Nota 2.1.1 (a)	31/12/2020	Reapresentado Nota 2.1.1 (a)	31/12/2020			
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	6			27.284	24.056	17	4	4	2.108	3.367	751	22	37.327	39.478
Contas a receber	7			6.214	6.669	18			12.725	12.756	12.756	23	(2.262)	(2.174)
Estoque	8			944	837	19	31		1.344	1.152	1.152	23	(5.636)	(4.812)
Tributos a recuperar	6			2.633	2.633	24	284	240	586	586	586	24	(17.213)	(17.333)
Partes relacionadas	10	193		911	6	20			45.663	34.230	34.230	25	(263)	(313)
Despesas antecipadas	11		3	7	7	20			6.444	5.227	5.227	15	(7.253)	(153)
Otras contas a receber	12			553	831	20	6		6.444	5.227	5.227			
Total do ativo circulante		193	3	38.011	34.038		305	244	68.876	59.991	59.991			
Não circulante														
Realizável a longo prazo														
Partes relacionadas	10				3	18		94	116.769	129.002	129.002			
Depósitos judiciais	20			7	891	20			10.504	751	751			
Depósitos vinculados a financiamentos	13			6.968	6.788	20			2.625	2.126	2.126			
Impostos diferidos	14			1.471	1.037			94	129.898	136.640	136.640			
Tributos a recuperar	9			372	859			338	198.774	196.631	196.631			
Investimentos	15	58.985	66.238			21	89.968	89.968	89.968	89.968	89.968			
Imobilizado	16			210.497	219.250				(31.093)	(24.059)	(24.059)			
Intangível		2	6	353					58.875	65.369	65.369			
Total do ativo não Circulante		58.987	66.244	228.502	228.502				28.180	28.247	28.247			
Total do ativo		59.180	66.247	257.649	262.540									

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), tem sede no Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social participar, como sócia ou acionista, da capital de outras sociedades ou empreendimento cujo objeto social seja relacionado a geração e comercialização de energia elétrica, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, em especial no que se refere à estruturação, desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica. O acionista da Companhia é a Contim Global do Brasil Holding Ltda. As atividades da Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo"), são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O Grupo possui unidade de geração emita pela Companhia de Minas e Energia - MME conforme listado abaixo:

SPE

Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.
Com as seguintes características:

Eólica

Ventos de Santo Augusto III Piauí Simões 23,50 23,50 12,30 12,30 12,30 12,30 12,30 12,30 12,30 12,30 12,30 12,30 12,30

Complexo Chapada do Piauí III

Emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 19 de abril de 2022. 1.1 Principais eventos ocorridos no exercício: (a) Impactos da COVID-19: Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando a Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, o Grupo informa que sua controladora constitui um Comitê Executivo Global para acompanhamento dos riscos e impactos que a pandemia pode causar às suas operações e vem adotando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e a garantir a continuidade das operações e dos negócios. Neste cenário, o Grupo avaliou as seguintes estimativas no exercício: (i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19: O Grupo avaliou a posição das suas contas a receber em 31 de dezembro de 2021, e não há evidências de créditos cuja recuperação não seja considerada provável. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis do Grupo, e na avaliação da situação financeira dos credores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis intangíveis: O Grupo avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis e não identificou impactos decorrentes da COVID-19. (iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores: O Grupo avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas. (iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dividas - covenants: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Grupo avaliou os covenants contidos em seus contratos de dividas, e concluiu que não teve impacto nos índices devido à COVID-19. Por fim, informamos que até o presente momento, o Grupo não teve operações materiais em suas operações por conta da COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos a eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar. 1.2 Situação financeira: O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 30.865 (R\$ 25.953 em 31 de dezembro de 2020) e no balanço da controladora em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 112 (R\$ 241 em 31 de dezembro de 2020) e decorre substancialmente do passivo circulante dos financiamentos e provisão de ressarcimento, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses. A administração avalia a capacidade de liquidez das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a continuidade operacional em razão da geração de caixa por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo, conforme denota o fluxo de caixa, renegociação das dividas, e eventuais aportes de capital pelos acionistas conforme previsto no orçamento de caixa do Grupo. 2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Base de consolidação: (a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 28 - Apresentação das demonstrações contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais essas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção devida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. (b) Demonstrações financeiras consolidadas: O balanço patrimonial líquido atribuído os acionistas da Controladora. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. 2.1.1 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ao risco líquido a retornar de investimentos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes a despesas gerais e receitas operacionais. A Companhia também consolida as entidades sob seu controle que não são controladas pelo Grupo, mas que estão incluídas na consolidação estão relacionadas abaixo. Controlo das: As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Controladas

Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. 100% Simões Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A. 100% Simões Geração de energia elétrica

(a) Representação das cifras comparativas: Para melhor apresentação das cifras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo está reapresentando os dados do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, para contemplar: (i) Os ajustes retroativos decorrentes das atualizações financeiras da provisão de ressarcimento desatado 2.303/2019 nas vestidas (Nota 20), a qual não foi considerada na base de cálculo da provisão de ressarcimento à época no montante de R\$ 826. (ii) Reclassificação dos saldos de imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurado sobre a provisão de ressarcimento que estavam classificadas na rubrica de tributos a recuperar no grupo de ativo circulante e não foram reclassificados para a rubrica de impostos diferidos no ativo não circulante no montante de R\$ 1.037. (iii) Reclassificação dos montantes relativos a estoques de materiais de manutenção que foram classificados indevidamente como ativo imobilizado no montante de R\$ 837. (iv) Reconhecimento dos custos de arrendamentos das terras no resultado do exercício, pois no entendimento inicial do Grupo, a fruição do valor do arrendamento calculada sobre os valores não decorrentes da provisão de ressarcimento referente ao Despesa nº 2.303/2019 (Nota 22) não deveria ser apropriada ao resultado até o efetivo despolo do ressarcimento, porém, esse entendimento foi reavaliado e o Grupo concluiu que os valores deveriam ter sido reconhecidos no resultado conforme as premissas de cálculo dos contratos de arrendamento, dessa forma, os valores que estavam classificados como despesas antecipadas no montante de R\$ 345 foram apropriados no resultado de 2020. (v) Reclassificação dos montantes relativos a despesas gerais e administrativas relativas substancialmente a prestações de serviços que estavam indevidamente alocadas como custo de operação no montante de R\$ 73. O impacto dessa representação na controladora e consolidado está demonstrado como segue:

Balanco Patrimonial - 31.12.2020

Controladora		Consolidado				
Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado	Reapresentação			
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa		24.056	24.056			
Contas a receber		6.669	6.669			
Estoque		837	837			
Tributos a recuperar		2.633	2.633			
Partes relacionadas		6	6			
Despesas antecipadas		7	7			
Otras contas a receber	3	3	3			
Total do ativo circulante	3	34.581	(345)	83		
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Partes relacionadas			3			
Depósitos judiciais		891	891			
Depósitos vinculados a financiamentos		6.788	6.788			
Impostos diferidos		1.037	1.037			
Tributos a recuperar		234	234			
Total do ativo não Circulante		7.916	942	8.858		
Investimentos	67.409	(1.171)	66.238			
Imobilizado	6		220.087	(837)	219.250	
Intangível		6		228.337	(105)	228.502
Total do ativo não Circulante	67.415	(1.171)	66.244	228.337	345	228.502
Total do ativo	67.418	(1.171)	66.247	262.885	(345)	262.540
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	4		3.367	3.367		
Financiamentos			12.756	12.756		
Tributos a pagar			1.152	1.152		
Partes relacionadas	240	240	3.259	3.259		
Provisão de ressarcimento			34.230	826	34.230	
Liminar excludente de responsabilidade			5.227	5.227		
Total do passivo circulante	244	244	59.165	826	59.991	
Não circulante						
Financiamentos			129.002	129.002		
Partes relacionadas	94	94	751	751		
Provisão de ressarcimento			4.761	4.761		
Provisão de desmobilização			2.126	2.126		
Total do passivo não Circulante	94	94	136.540		136.640	
Total do passivo	338	338	195.805	826	196.631	
Patrimônio líquido						
Capital social	89.968	(1.171)	89.968		89.968	
Prejuízos acumulados	(22.898)	(1.171)	(24.059)	(22.898)	(1.171)	(24.059)
Total do patrimônio líquido	67.080	(1.171)	65.909	67.080	(1.171)	65.909
Total do passivo e do patrimônio líquido	67.418	(1.171)	66.247	262.885	(345)	262.540

Demonstração do resultado - 31.12.2020

Controladora		Consolidado	
Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado	Reapresentação
Receita líquida de vendas			39.478
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão			(2.174)
Energia elétrica comprada para revenda			(4.812)
Custo de operação			(17.333)
Lucro Bruto			15.159
Despesa gerais e administrativas	(313)	(313)	(3.197)
Resultado com participações societárias	1.018	(1.171)	(153)
Resultado financeiro	705	(1.171)	(466)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras			537
Despesas financeiras			(10.504)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	705	(1.171)	(466)
Imposto de renda e contribuição social			2.162
Prejuízo do exercício	705	(1.171)	(466)
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$			0,01
			(0,02)
			(0,01)

Demonstração do resultado abrangente

Controladora		Consolidado	
Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado	Reapresentação
Prejuízo do exercício	705	(1.171)	(466)
Otros componentes do resultado abrangente			
Total do resultado abrangente	705	(1.171)	(466)

Demonstração dos fluxos de caixa - 31.12.2020

Controladora		Consolidado	
Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado	Reapresentação
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	705	(1.171)	(466)
Ajustes (despesas) e despesas			
Depreciação e amortização	5		9.783
Baixa de imobilizado			492
Variações monetárias e cambiais			9.297
Resultado com participações societárias	(1.018)	1.171	153
Provisão de ressarcimento			11.183
Liminar excludente de responsabilidade			1.263
Provisão de desmobilização			216
Impostos diferidos			(342)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber			(772)
Estoque			837
Tributos a recuperar			(350)
Partes relacionadas	334	334	904
Otras contas a receber			(780)
Depósitos judiciais	(3)	(3)	345
Fornecedores	(24)	(24)	(3.603)
Tributos a pagar			(12)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	(1)	30.458
Juros pagos de financiamentos			(4.894)
Pagamento de ressarcimento			(723)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.293)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	(1)	23.548
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado			(3.275)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(3.275)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamentos			(5.775)
Depósitos vinculados a financiamentos			(937)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos			(6.712)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1)	(1)	13.561
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	1	1	10.495
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)			24.056

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Ajustes (despesas) e despesas

Depreciação e amortização

Baixa de imobilizado

Variações monetárias e cambiais

Resultado com participações societárias

Provisão de ressarcimento

Liminar excludente de responsabilidade

Provisão de desmobilização

Impostos diferidos

Variações nos ativos e passivos

Contas a receber

Estoque

Tributos a recuperar

Partes relacionadas

Otras contas a receber

Depósitos judiciais

Fornecedores

Tributos a pagar

Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais

Juros pagos de financiamentos

Pagamento de ressarcimento

Imposto de renda e contribuição social pagos

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Aquisições de bens do ativo imobilizado

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Pagamento de financiamentos

Depósitos vinculados a financiamentos

Caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)

Passivo, conforme o balanço patrimonial

Financiamentos (nota 18)

Partes relacionadas (nota 10)

Fornecedores e outras obrigações (i)

Ativos, conforme o balanço patrimonial

Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)

Ativo circulante

IRRF sobre aplicações financeiras

PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)

Otros (i)

Não circulante

PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)

Total de tributos a recuperar

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

PIS, COFINS, IR e ITR sobre o lucro líquido

P

PÁGINA 2

Continuação: apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principal- mente ao reconhecimento de forma linear, durante o prazo do contrato. **Composição:** A controladora não possuía despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2020) e as despesas antecipadas no consolidado são de R\$ 7 no ativo circulante (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2020). As despesas antecipadas em dezembro de 2020 eram compostas substancialmente pelas fianças pagas para renovação das garantias dos financiamentos, as quais foram totalmente apropria- das durante o exercício de 2021 de acordo com o período de competência. **12. Outras contas a receber: Política contábil:** Um ativo é reconhecido pelo balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrer de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstra- dos como não circulantes. **Composição:** Os saldos das outras contas a receber no consolidado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 583 (R\$ 831 em 31 de dezembro de 2020). As outras contas a receber são compostas substancialmente por valores pagos antecipadamente a fornecedores. **13. Depósitos vinculados a financiamentos:** O saldo dos depósitos vinculados é composto pelas contas reservas abaixo mencionadas: **(a) "Conta Reserva do Serviço da Dívida":** "Conta Reserva do Serviço da Dívida": conta corrente de titularidade da Chapada do Piauí II Holding S.A., não movimentável, constituída em benefício do BNDES, para as quais será transferido das contas centralizadoras, até o último dia da carência, o valor necessário para perfo- zar o saldo correspondente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, no caso de conta constituída em benefício do BNDES, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrentes do referido contrato. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$5.380 (R\$5.333 em 31 de dezembro de 2020). **(b) "Conta Reserva de O&M":** conta corrente de titularidade da Chapada do Piauí II Holding S.A., não movimentável, cujo saldo deverá perfozar o montante equivalente a 1% (um quarto) do valor anual de pagamentos que incum- ba cada uma das SPES em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que o saldo corresponda a 1% (um quarto) do valor de pagamentos previstos para o ano subsequente. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$1.588 (R\$1.455 em 31 de dezembro de 2020). Os montantes das contas supracitadas são aplicados em fundos de investimentos pelo banco administrador. A posição do Grupo (Controladora e Consolidado) em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.968 (R\$ 6.788 em 31 de dezembro de 2020). **14. Impostos diferidos: Política contábil:** Os impostos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 20) das controladas do grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como base o balanço presumido. A exceção da realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadriais dos contratos de comercialização de energia. **Composição:**

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento	1.224	942
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	247	95
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	1.471	1.037

	31/12/2021	31/12/2020
Movimentação		
Em 1º de janeiro	1.037	1.037
Despesa da demonstração do resultado	434	342
	1.471	1.037

Em 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R\$ 7.003 (R\$ 468 em 31 de dezembro de 2020), pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. **15. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Composição e movimentação do investimento:**

	Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2020	33.336	33.055	66.391
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(304)	151	(153)
31 de dezembro de 2020 - Representado (nota 2.1.1 (a))	33.032	33.206	66.238
Participação em participação acionária	100%	100%	
Saldo contábil do investimento na controladora	(3.836)	(3.417)	(7.253)
Prejuízo do exercício	29.186	29.789	58.985
31 de dezembro de 2021	29.186	29.789	58.985

	Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Total
01 de janeiro de 2020	33.336	33.055	66.391
Equivalência patrimonial	(304)	151	(153)
31 de dezembro de 2020 - Representado (nota 2.1.1 (a))	33.032	33.206	66.238
Equivalência patrimonial	(3.836)	(3.417)	(7.253)
31 de dezembro de 2021	29.186	29.789	58.985

	Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Total
En 31 de dezembro de 2020			
Balanco Patrimonial resumido			
Participação acionária	100%	100%	
Ativo circulante	15.948	18.827	34.775
Ativo não circulante	116.476	112.093	228.569
Passivo circulante	34.241	33.631	67.872
Passivo não circulante	65.151	64.010	129.161
Patrimônio líquido	33.336	33.055	66.391
Demonstração do resultado resumida			
Recetta líquida de vendas	22.438	21.535	43.973
Lucro bruto	7.618	7.541	15.159
Lucro (Prejuízo) Líquido	(304)	151	(153)

	Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Total
En 31 de dezembro de 2021			
Balanco Patrimonial resumido			
Participação acionária	100%	100%	
Ativo circulante	18.262	20.880	39.142
Ativo não circulante	117.716	107.321	225.037
Passivo circulante	35.328	34.568	69.896
Passivo não circulante	65.454	64.444	129.898
Patrimônio líquido	33.032	33.206	66.238
Demonstração do resultado resumida			
Recetta líquida de vendas	23.471	22.459	45.930
Lucro bruto	6.065	5.947	12.012
Lucro (Prejuízo) Líquido	(304)	151	(153)
16. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de bens ou serviços substituídos é baixado. Todos os outros repares e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As controladas reconhecem uma obrigação (Nota 20) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação de bens ou serviços são vinculadas ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulamentares vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesa geral e administrativas" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL. Composição:			

	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, bens civis e benfícios	Provisão de desmobilização	Total
Aquisições	401	22.160	3.665	1	22.567
Depreciação acumulada	(272)	(3.350)	(145)	(50)	(4.017)
Saldo contábil, líquido	129	18.810	3.520	(49)	18.410
Aquisições	884	701	271	1.856	3.662
Depreciação	(9.627)	(145)	(49)	(9.821)	(20.092)
Depreciação	157	24	15	15	211
Transferência	(1.221)	201	3.419	1.618	2.017
31 de dezembro de 2021	77	202.092	4.279	1.819	206.987
Custo	77	202.092	(860)	(201)	(57.770)
Depreciação acumulada	77	202.092	3.419	1.618	210.497

(i) Rótulo-se a transferência para a rubrica de estoques para uma correta classificação contábil. (ii) Aquisições: As aquisições de imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na construção de turbinas eólicas, das Aerogeradores e/ ou suas respectivas peças, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de operação. **(b) Bens em garantia:** Conforme contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia dá a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de estoques. **Custos com comissão de fiança em garantia:** Os custos com comissão de fiança em garantia ao financiamento do BNDES foram capitalizados durante o período de construção do parque eólico. **17. Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Os fornecedores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **Composição:**

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços	4	4
Compra de energia	199	176
Custo de transmissão	16	16
Taxa de fiscalização Anel	4	4
Total	217	200

18. Financiamentos: Política contábil: Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amon- izado, isto é, acrescido dos encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Portanto, eles são classificados como passivos mensurados ao custo amortizado. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já reconhecidos são reconhecidos no resultado do exercício. Os financiamentos são classificados como passivo não circulante, se a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretérita, são capitalizados como parte do custo do ativo. Os custos de financiamento são reconhecidos em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **Composição:**

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Financiamentos em moeda nacional	12.725	12.756
	12.725	12.756

	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante		
Financiamentos em moeda nacional	116.769	129.002
Total financiamentos	129.494	141.758

Daniel Araque - Diretor: VP Finanças

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
As Administradoras e Acionistas, Chapada do Piauí II Holding S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Chapada do Piauí II Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chapada do Piauí II Holding S.A. e da Chapada do Piauí II Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

	Saldo Inicial	Provisão de Juros	Principal	Encargos	Transferência	Saldo Final
Circulante						
BNDES	12.756	9.257	(12.310)	(9.251)	12.273	12.725
	12.756	9.257	(12.310)	(9.251)	12.273	12.725
Não Circulante						
BNDES	129.215	40	—	—	(12.273)	116.942
BNDES - Custo Colocação	(213)	40	—	—	(12.273)	(173)
	129.002	40	—	—	(12.273)	116.769
31 de dezembro de 2021	141.758	9.297	(12.310)	(9.251)	12.294	129.494
Circulante						
BNDES	11.840	9.729	(6.775)	(4.894)	1.856	12.756
	11.840	9.729	(6.775)	(4.894)	1.856	12.756
Não Circulante						
BNDES	131.071	(259)	—	—	(1.856)	129.215
BNDES - Custo Colocação	(209)	46	—	—	(1.856)	(213)
	130.812	46	—	—	(1.856)	129.002
31 de dezembro de 2020	142.852	9.775	(5.775)	(4.894)	141.758	141.758

Financiamento obtido junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0607-1, no valor total de R\$ 169.990, firmado em 17 de dezembro de 2015, a ser pago em 192 parcelas mensais a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os financiamentos obtidos estão sujeitos a cláusula restritiva, com mediação anual, que podem exigir a antecipação do vencimento das obrigações. Conforme estabelecido no contrato a Companhia realizou a mediação para o fechamento e identificou que não atingiu o índice de cobertura do serviço da dívida - "ICSD" exigido que é de 120. No dia 31 de dezembro de 2021 o BNDES enviou carta extinguindo, exclusivamente em relação ao exercício de 2021, quanto a declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento por eventual descumprimento da obrigação para o ano de 2021 condicionada à integralização de capital pelos acionistas, em montante superior para cobrir eventuais insuficiências de recursos para honrar com suas obrigações financeiras até a quitação integral do passivo relativo às penalidades acumuladas por força do Despacho ANEEL nº 2.303, de 20/08/2019, sendo o referido montante de, no mínimo, R\$ 11 milhões a ser integralizado até 15 dias antes do início da liquidação das penalidades ou até 30 de junho de 2022, o que ocorrer primeiro. **Composição por ano de vencimento:**

	129.670	141.750
19. Tributos a pagar: Política contábil: Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar incluem-se, predominantemente, de Imposto de renda, Contribuição social sobre o lucro líquido, PIS - Programa Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.		
Composição:		